

A confiança em questão. Raias de confiança, confiança das raias nas sociedades modernas

Maria Engrácia Leandro¹

Ana Sofia Leandro²

Fernanda Nogueira³

Resumo:

A confiança, este sentimento que faz com confiemos em nós mesmos e nos outros, surge com a vida, com a membrana que separa a (in)segurança e a vida individual e social. É quem garante o compromisso mais ou menos arriscado no jogo das permutas inter-individuais e sociais. Este artigo propõe uma perspectiva histórica do pensamento de clássicos da filosofia e da sociologia a este respeito. O apelo ao pensamento de G. Simmel, em particular, em correlação com o segredo, destaca o impacto social da confiança em termos de coesão social. Por fim, a nossa análise estruturando-se em torno de acontecimentos marcantes da actualidade, estuda os meandros da confiança nas sociedades ultramodernas.

Palavras-chave: Confiança; Coesão social; Segredo; Segurança.

“A confiança cria uma ponte para que as relações sociais sejam possíveis e o segredo preserva a individualidade, ao mesmo tempo que favorece a constituição de círculos sociais.”

George Simmel

“Todas as actividades humanas são condicionadas pelo facto dos homens viverem em sociedade, mas a acção só por si é inimaginável fora da sociedade dos homens.”

Hannah Arendt

Introdução

Os sociólogos que estudam as questões da confiança sabem quanto são devedores a George Simmel, a partir de quem a sociologia tem em conta a confiança numa constelação de noções ligadas entre si sem serem equivalentes: o segredo, a

¹ Investigadora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, CIES. Portugal.

² Técnica Superior de Serviço Social, SONAE. Portugal.

³ Directora do Departamento de Economia e Sociologia da UTAD. Portugal.

incerteza, a fidelidade e o risco, citando apenas as mais importantes. No todo, numa perspectiva simultaneamente relacional, psicossocial e moral, na esteira de Patrick Watier (1996), podemos dizer que se trata do estudo das acções recíprocas, da maneira como os humanos se relacionam entre si, implicando o estudo das disposições que os indivíduos manifestam em relação uns aos outros, sem que se possa falar de regras ou de normas adoptadas. Exercem-se, antes, num clima de benevolência ou numa atmosfera de confiança que sustenta as relações sociais, decerto o que as torna possíveis, paralelamente aos sistemas de pensamento mais ou menos articulados com crenças e valores religiosos ou morais. Deste modo, podem actualizar os *a priori*, que, sem serem objecto de doutrinas explícitas e estritamente codificadas, ou mentalmente consciencializados pelos indivíduos, são mais objecto de uma consciência de carácter prático e menos discursivo, tornando-se indispensáveis ao funcionamento das sociedades. O sentimento de confiança faz precisamente parte dos sentimentos psicossociais e ilustra o que George Simmel designa de categoria afectiva, ocupando um lugar central, ainda que não reflectido no dia-a-dia ao nível das relações sociais. Sem confiança, as sociedades correm o risco de se desintegrarem.

Sendo assim, a influência deste sentimento é primordial para a construção e solidificação da coesão social. Contudo, na prática, não será necessário fazer da confiança um absoluto, como se de uma fé religiosa se tratasse, sob pena de advir uma mistificação. A confiança em alguém, por vezes até num próximo, não é uma crença religiosa a que nos abandonemos sem medida. Se na religião a alma se abandona totalmente, nas relações sociais a confiança, ainda que retirando da religião muitas das suas singularidades, situa-se na charneira do saber e do não saber. Aliás, o aforismo popular sugere o seguinte: “Não confies se não naquele com quem já comeste um moio de sal”. Está aqui um apelo à sabedoria e à prudência. Confiança, fé, fidelidade, mas também mentira, dissimulação, segredo... fazem-nos entrar no domínio dos *a priori* que tornam a vida social possível e que são um dos temas importantes da sociologia de George Simmel.

Outro tanto se diga do segredo, limitando o conhecimento recíproco. No entanto, está omnipresente nas relações sociais, ainda que diferenciado em dois grandes grupos: o velado e o disfarçado. O primeiro é da ordem do não dito, o que valoriza o poder de saber calar, ou seja, o silêncio; o segundo é do domínio da mentira, dando azo ao engano, simulacro, à calúnia, hipocrisia, dissimulação, duplicidade, falsidade, comédia, máscara festiva, entre outros aspectos. Daí que estas noções reenviem simultaneamente ao que preexiste à relação e às possibilidades de manipulação de cada um dos indivíduos comprometidos na relação. De resto, com a segmentação das nossas relações, assistimos a uma fragmentação das nossas confianças: se há dissociação da personalidade em várias facetas, cada uma relacionada com um círculo social particular, pode haver segmentação da confiança que será atribuída a certas facetas de tal ou tal actor social.

Neste trabalho e num outro correlativo, falamos também de duas noções associadas à de confiança: a incerteza e o risco. Antes de mais, importa dizer que não há confiança sem incerteza, sabendo que a incerteza do espaço “natural”, inclusive

no contexto da ciência, ou... se cruzam com incertezas interpretativas de cada um dos actores em presença. Todavia, a incerteza não poderá ser considerada unicamente como algo nefasto. É também o que nos permite manter ou desenvolver zonas de autonomia.

Procurando compreender a ligação entre confiança, risco e incerteza, importa frisar que a confiança não se constrói sem capacidade de apreciar os riscos e as incertezas, comportando uma aposta que não está isenta de cálculo, podendo limitar as permutas e seguir o desenrolar dos acontecimentos adaptando-se. Não há confiança sem risco. Mas a confiança não é uma operação de puro risco, um jogo de sorte de “pile ou face”. Dois mecanismos intervêm para limitar os riscos associados à confiança. Em primeiro lugar seleccionamos os campos da confiança. E a partir daqui limitamos ou fragmentamos os riscos que tomamos; o segundo mecanismo assenta nas garantias e sanções sociais previstas para limitar o recurso a posturas negativas de reversibilidade (Watier, 1996). A confiança varia de intensidade, segundo o nível de informação e a experiência de vida, tanto daquele que confia como daquele que é objecto de confiança, podendo convocar várias figuras: (des)confiança, desafio e crença. Mas a confiança nunca poderá ser adquirida de uma vez por todas: trair, renegar, dissimular, romper, abandonar são realidades de antanho e de hoje. Inscreeve-se, assim, na natureza das incertezas e das inseguranças. A confiança também não pode ser reduzida a uma mercadoria que se negocia, compra e vende ao sabor das circunstâncias e das conveniências, ainda que muitas das suas expressões se façam em termos económicos. Porém, a confiança não é inalienável e não se pode viver como muito bem alguém lhe apetece. Também não pode ser reduzida a uma dádiva. Não se dá nem se outorga. Vive-se e exprime-se através de compromissos recíprocos implícitos, responsabilidades recíprocas, coordenação entre pessoas, algo que permite enquadrar socialmente a tomada de riscos que constitui a confiança. Mas esta relação assimétrica comporta evidentemente o duplo risco de se enganar e ser enganado, pelo que pode conter erros e abusos de confiança (Karpik, 1989).

Neste trabalho a partir desta problemática, num primeiro tempo, em traços gerais, estudamos a sedimentação destas noções em sociologia. Seguidamente, e de algum modo de maneira articulada tendo presente as dimensões teórica e empírica, analisamos os mecanismos da confiança nas sociedades ultramodernas⁴.

⁴ As sociedades modernas, designadamente a partir dos anos 1960, enveredaram por processos de modernidade mais profundos dos que os anteriormente vividos, mas não em ruptura com os mesmos e os valores que caracterizam a modernidade desde os seus alvares. Só que são agora vividos de modo muito mais intenso dado a profundidade e extensão das dinâmicas de emancipação, autonomia e de movimento pelo movimento. Daí que, em nosso entender, não vivamos num processo de pós-modernidade como o definiu François Lyotard (1981) como se estivéssemos perante um antes e um pós, mas antes um processo de ultramodernidade ou hipermodernidade, inscrevendo-se igualmente em expressões que outros e nós também designam de “modernidade inacabada”, “avançada”, “tardia” ou “reflexiva”, sugerindo que esta etapa não está em ruptura com a primeira mas que a prolonga e aprofunda. Caracteriza-se ainda pelo declínio das formas tradicionais de pertença, o reexame e reinterpretção dos sistemas normativos ou das práticas sociais e o questionamento dos papéis sociais, mormente no quadro da família e das relações de género.

1. Os fundamentos sociológicos da noção de confiança

André Petitat (1998) considerando que a confiança se aplica a uma enorme quantidade de situações heterogêneas, afirma que, à partida, ela é algo que sustenta o compromisso mais ou menos arriscado no jogo das permutas. Estando já presente nas sociedades elementares, é inerente à vida humana e social e manifesta-se em todas as suas facetas. Só os mitos nostálgicos falam do paraíso, cujo fim coincidiu com o da nossa inocência. Jean Jacques Rousseau (1971), na sua alegoria da “caça ao veado e à lebre”, já sublinhava a fragilidade das nossas convenções ao nível mais elementar.

Na prática, pode dizer-se que há dois tipos de confiança: a “confiança-laço” e a “confiança-interpretação” (Petitat, 1998). No tocante à primeira, o laço e o conhecimento intuitivo do outro têm a primazia acima de qualquer outra consideração. Basta pensar na criança que põe a mão na dos pais ou que se lhe abraça ao pescoço confiadamente. Lê-se nos seus olhos que acredita neles: tem confiança. Com o crescimento e a conquista da mentira, ela deve, necessariamente, conviver com uma outra consciência: a da incerteza, o que também acontece frequentemente em todas as dimensões da vida.

Veja-se, por exemplo, o que se pode passar quando vem a ter lugar a (des)ilusão acerca do Pai Natal que traz as prendas no saco, do Menino Jesus que desce pela chaminé para colocar as prendas no sapatinho ou que os bebés vêm no bico da cegonha... Frequentemente, pelo menos no primeiro embate, quando as crianças descobrem, por si mesmas ou em contacto com os outros, que tudo isso não passa de uma história mágica ou mais concretamente de uma farsa, podem vir a abalar a sua confiança nos pais ou outros actores que intervêm na sua educação e convivialidade, como nos têm vindo a revelar muitos pais. Outro tanto se diga quando as crianças necessitam ir ao médico ou serem encaminhados para os cuidados de outros profissionais de saúde, sobretudo quando têm que levar injeções, fazer análises ou ir ao dentista. Apesar de toda a pedagogia utilizada que há para lidar com situações desta natureza, se as crianças se sentem enganadas pelos pais que, antes, não foram sinceros com elas ou não as prepararam para o efeito, em situações posteriores estes agentes podem aparecer aos seus olhos como aqueles que lhes provocam sofrimento ou lhe provocaram sofrimento, ainda que seja com objectivos terapêuticos, mas que escapam à compreensão da criança.

Desenvolve-se, doravante, uma confiança interpretativa e estratégica que se torna mais aguda com as suas capacidades meta-representativas e se combina com a confiança ingénua, de modo evolutivo. Este tipo de confiança inocente persiste na idade adulta e, muitas vezes e em certas condições, pode ser objecto de uma valorização admirativa algo colorida, talvez de uma certa nostalgia do abandono ao outro de “olhos fechados” ou de “alma e coração”. Os períodos amorosos são propícios a este tipo de confiança. Pensemos, tão só, na festa de S. Valentino, celebrada a 14 de Fevereiro e até no dia da mãe. Como afirma André Petitat, nesses dias, muitas pessoas, independentemente do estado civil, deixam extravasar manifestações e expressões amorosas, em actos e palavras, diante dos seres amados. Estas mensagens expressam, de algum modo uma

“confiança infantil”. Neste estado de “ligeireza”, dos mais agradáveis que a cultura portuguesa tem vindo a adoptar, todo o cálculo será iconoclasta, contrário à fusão e ao amor. Claro que os amorosos, os apaixonados, os filhos e as mães não se amam como crianças, mas, em certas circunstâncias, agem como se elas se assemelhassem. Quantas vezes actuamos apenas em função da pressão social, da aparência e dos costumes que se vão incorporando e não por plena convicção?

Ao invés da “confiança-laço” ou “confiança-afeição”, a mais elementar ao nível da mobilização dos recursos cognitivos, encontramos uma confiança que faz apelo a todas as faculdades interpretativas e a todas as informações que possa recolher. Menos inocente e menos íntegra do que este tipo de confiança, a “confiança interpretativa” mantém a abertura às permutas e informações possíveis, com uma apreciação mais ou menos precisa dos riscos associados às situações e às pessoas. Este tipo de confiança é semelhante a uma aposta não isenta de cálculo, a uma atitude, à partida, possivelmente limitada por uma série de permutas que alargam ou encurtam a margem de confiança, segundo o desenvolvimento das relações e dos acontecimentos ulteriores (Petitat, 1998).

A confiança, como o refere Nicolas Luhman (1979), implica uma espécie de salto para lá da incerteza. Íntegra, assim, uma racionalidade limitada. Simultaneamente, inclui um sentimento de segurança, tanto maior quanto o pulo é limitado e tanto menor quanto o risco é importante. Além disso, aumenta ou diminui com o capital de experiência que se vai adquirindo a seu respeito, consoante os comportamentos daqueles em que depositamos confiança: se se revelam fiéis, a confiança tem todas as probabilidades de vir a aumentar e vir a solidificar os comportamentos e, ao invés, se acontece o oposto.

Parafraseando George Simmel (1996), afirmamos que a confiança que uma pessoa deposita na outra é um valor moral muito elevado, pelo que implica não decepcionar quem confia em nós. É um valor tanto maior quanto é livre e merecido. Logo que alguém confia em nós, somos quase envolvidos por uma apreciação antecipada a nosso respeito. Ao contrário, não ser digno desta confiança exprime, praticamente, uma má índole, pois decepcionamos quem confiou em nós e se o fez é porque no mínimo esperaria que o não fizéssemos e traíssemos. Porém, a realidade das relações está repleta de decepções e traições desta natureza, por vezes até, porque nos recusámos a aceitar ou enveredar por esquemas perniciosos mais ou menos semelhantes. Todavia, a confiança, numa sociedade de mercado, sendo gratuita, nunca poderá ser solicitada, como também não se pode exigir, embora por vezes bem o quiséssemos, que ninguém nos decepcione, dado que foi concedida.

Trata-se, então, de uma relação de natureza assimétrica num contexto relacional profundamente marcado pela dissemelhança de relações, em função dos estatutos sociais, dos conhecimentos, das expectativas, do capital social e... No essencial, como afirma A. Petitat (1998), a confiança íntegra três elementos fundamentais: a crença nas apela à reatualização do laço e à fidelidade relativa aos compromissos assumidos anteriormente.

Não obstante, contrariamente à “confiança-laço”, a “confiança-interpretação” alimenta a consciência do risco. Toma-se uma atitude que implica ter os olhos bem abertos, integrando também todas as informações possíveis sobre a(s) pessoa(s) e os contextos envolvidos. Segundo G. Simmel, “Todas as relações entre os homens se baseiam naquilo que eles sabem uns dos outros”, ainda que actualmente se firmem contractos olhando apenas nos olhos e apertando a mão (Simmel, 1991: 7). Mas em situações desta natureza a confiança não está menos subjacente, ainda que venha depois a degenerar em desconfiança como as trajectórias de vida nos ensinam e, frequentemente, em relação àqueles em que muito confiávamos e até demos muito. Como já muito bem o advertia Nietzsche (1922-1929), são frequentemente aqueles a quem fizemos muito bem que se tornam nos nossos piores inimigos. Em contrapartida, quanta confiança, alegria, gratidão, generosidade, saber se pode partilhar com muitas outras pessoas que se cruzam na nossa trajectória e com quem fomos fazendo caminhada, quaisquer que sejam os carreiros das suas bifurcações.

Frise-se, ainda, que na prática, com a segmentação das relações sociais, denota-se, uma segmentação dos níveis e dos actores em quem confiamos. Normalmente, há uma dissociação entre as várias facetas da confiança de acordo com a nossa personalidade e as nossas experiências quotidianas (Dubet, 1994). Logo, posso fazer confiança nesta ou naquela pessoa, no quadro da vida profissional sem, no entanto, ir ao ponto de lhe confiar todos os elementos da minha existência inerentes a outros quadros sociais. O mesmo se diga da confiança entre profissionais de saúde e os utentes, designadamente os médicos. Interessa, contudo, frisar que cada vez mais os médicos, na informação que tem em conta a saúde e a doença dos utentes, se interessem também em saber algo sobre os seus modos de vida, factores decisivos, logo que se trata da saúde e da doença e a necessária confiança entre estes actores (Machado, 2003).

Há, assim, elementos que se confiam a esta ou àquela pessoa, que neste ou naquele aspecto tem mais afinidades connosco e vice-versa. Os princípios segundo os quais a confiança é abonatória e o grau dessa confiança podem variar, mediante o tipo de associação que fazemos entre tal ou tal pessoa e a experiência acerca dos seus comportamentos, mostrando-se ou não digna da nossa confiança, são fundamentais neste tipo de relação. Mas a forma de confiança vai depender da dimensão do grupo ou dos agentes especializados no tratamento de problemas particulares.

Compreende-se, de resto, que neste quadro, duas noções estejam associadas à de confiança: a incerteza e o risco. Ademais, não há confiança sem incerteza, sabendo que a incerteza do espaço “natural” (o contexto social ou a ciência, ou a consulta médica ou...) se cruza com a incerteza interpretativa de cada um dos actores em presença. Todavia, a incerteza não se poderá conceber, tão só, como um resíduo negativo. É também o que nos permite manter e desenvolver zonas de autonomia. Para George Simmel (1996), na medida em que a confiança é uma hipótese sobre a conduta futura, bastante segura para que se fundamente nela uma acção prática, é também um estado intermédio entre o saber e o não saber. Por sua vez, André Petitat define-a “(...) como ‘um estado de abertura afectiva e cognitiva ao jogo das permutas’,

jogo que integra sempre uma parte de incerteza, mesmo nas situações relativamente simples, estáveis e cooperativas” (Petitat, 1998: 205). Nesta perspectiva, a confiança associa as incertezas e os riscos, sabendo que não há confiança sem risco. Daí a necessidade de precaução em matéria de confiança, ainda que a vida social não se possa desenvolver sem confiança: em si mesmo e nos outros. De contrário, nunca sairíamos da cama, de casa ou de outro espaço que se julga imensamente protegido. E, contudo, nós vivemos, movimenta-nos e relacionamo-nos uns com os outros nas várias facetas da vida quotidiana e em acontecimentos mais pontuais.

Fazendo apelo às noções de “confiança-laço” e à “confiança-interpretação” acima evocadas, o que podemos dizer é que, na prática, estes dois tipos de confiança podem combinar-se. No que se refere à confiança depositada entre os membros da família e no médico ou noutro profissional de saúde pode ter lugar esta articulação, ou então, predominar mais um tipo de confiança do que o outro (Petitat, 1998). Normalmente, começa-se por actuar através da confiança laço, isto é, quando surge uma questão de mal-estar ou de doença, na maioria das situações é a um membro da família próxima que nos dirigimos, quase sempre a mãe ou a esposa ou o marido para os cônjuges (Leandro *et al.*, 2006). Só depois acabamos por consultar o médico que merece a nossa confiança ou outro que o mesmo nos aconselhar, em caso de necessidade, mas apenas se o consideramos digno da nossa confiança.

De qualquer modo, nesta forma de confiança, o laço e o conhecimento intuitivo que se tem do outro impõem-se, acima de toda a reflexão e consideração. A relação é, assim, capaz de ir tão longe quanto é capaz de coabitar com a confiança, ou ainda mais com a possibilidade de atribuir ao outro a possibilidade de mentir ou de enganar, numa lógica do ser e do parecer. Uma das ideias bastantes fecundas de Erving Goffman (1973), ainda que não a formule tão claramente, consiste na capacidade dos indivíduos poderem estabelecer uma relação dupla entre o ser e o parecer e um espaço de jogo interaccional que exclui, simultaneamente, a autenticidade e a falsidade. Para merecer a confiança de alguém, não se podem apreciar, ao mesmo tempo, a flexibilidade e as flutuações neste espaço de manobra, analisando os casos de ruptura e de definição, os seus porquês e os seus efeitos.

Mas, E. Goffman não introduziu na sua investigação esta última via. Está, antes, mais preocupado com as cadências do dia-a-dia ritualizado, pelo *modus vivendi*, através do seu estudo da regulação interpessoal, exigindo inter-conhecimento, através das rupturas e das ameaças de ruptura. Nesta perspectiva o maior risco do actor é ser apanhado em pleno flagrante, delito da sua representação ou da dos outros a seu respeito, considerada inadequada e fraudulenta. Quem pratica actos desta natureza corre o risco da vergonha, suscitando a rejeição e as desconfianças do público. Porém, pode acontecer como diz o aforismo: “Quem sempre mente, vergonha não sente”. Mesmo assim sujeita-se a viver uma experiência traumatizante que o incitará a ser testemunha da sua incapacidade de criar confiança, quiçá da sua desgraça e quiçá a tornar-se, deste modo, mais prudente, evitando, designadamente as distâncias muito arriscadas que decorrem do ser e do parecer (Petitat, 1998). “A ideia essencial, aqui, de um ponto de vista sociológico, é simplesmente dizer que as impressões dadas nas

representações quotidianas ficam expostas a rupturas” (Goffman, 1973: 67). Esta tensão reguladora, baliza o espaço da oferta que se cria entre o ser e o parecer.

Cabe lembrar, também, que a dinâmica das representações, símbolos e a crença no outro, em termos de (des)confiança e de (des)ilusão, denuncia as suas próprias incoerências recíprocas, as contradições entre o dizer e o fazer, as intenções e a realidade, prestando-se a intenções camufladas, a cálculos egoístas ou mal intencionados. Por vezes até, há pessoas que enveredam por um jogo que se traduz pela estratégia do outro não ver o que ele vê, podendo estragar o jogo. Todavia, na vida quotidiana, em muitas situações, os protagonistas deixam transparecer, sem o dizerem explicitamente, que jogam o jogo e sabem que os outros o conhecem. Dizê-lo, formalmente, equivale a dizer que conhecem o jogo, a menos que se encontrem num registo lúdico. Por exemplo, quando as crianças, jogando, procuram imitar as relações intrafamiliares, em termos de papéis, é muito frequente uma criança interromper a outra para lhe sugerir faz ou diz isto ou aquilo, consoante se faz de pai, de mãe ou de filho. Outro tanto acontece quando imitam o que viram num filme de cowboys ou do que viveram e observaram na consulta com o pediatra ou outro médico.

À luz desta perspectiva, pode dizer-se que a fascinação do jogo do parecer e do ser é tão antiga quanto a organização das sociedades. Machiavel aconselha ao príncipe a situar-se fora do comum, em posição de reversibilidade total, capaz de violar, se for preciso, as convenções e regras mais sagradas para atingir os seus objectivos. Um comportamento desta natureza assenta essencialmente na ambição desmedida e na vontade de afirmação pessoal, sem qualquer preocupação ética e social. Mas há outros que se orientam por uma linha de conduta de características inversas, correndo o risco de se colocarem, frequentemente, na fronteira dos nossos espaços relacionais e da vida social em geral. É que na realidade, a normatividade convencional nem sempre é (in)contornável.

Dante Alighieri (1996) colocou os trastes no último círculo do inferno. Os judas manifestam a mais insuportável das reversibilidades. Lembram-nos que o repouso feliz e absoluto na confiança comunica e convive com o seu oposto de maneira tão destabilizante quanto inesperada. A traição tem suscitado vários termos, cuja delação é também vender, dar, entregar, enganar, abandonar, ser infiel, pérfido, desleal, traste, venenoso, maquiavélico, maligno, falacioso, hipócrita, dissimulado. ...

Por sua vez, Jean Jacques Rousseau (1971), no seu trabalho “Discours sur les origines et les fondements de l’inégalité parmi les hommes”, propõe-nos o exemplo da abordagem genética, em que o homem é naturalmente bom. Foi com o desenvolvimento das desigualdades sociais e os respectivos processos de socialização, que se forja a concorrência dos desejos das ambições desmedidas e, com elas, um deplorável estado de mentira e de hipocrisia. Estas asserções são de uma actualidade extrema. Basta observar como as mesmas estão extremamente presentes e são tão ferozes a todos os níveis das relações individuais, familiares, escolares, profissionais, políticas e sociais e da própria confiança entre os cidadãos. Em qualquer destes patamares, constata-se cada vez mais do que se poderia esperar, que não se olha aos meios para atingir os fins. Pouca importa se o(s) outro(s) saem lesados ou não, ainda que muito injustamente.

O importante é que EU ou os do MEU grupo, possam alcançar os seus objectivos, sejam de que índole forem, não se importando espezinhar, amarfanhar, quiçá, destruir o outro, por vezes até os que são próximos e de quem recebem muito.

Como afirma Louis-Vincent Thomas (1989), uma longa carreira não conhece apenas triunfos. Engloba, também, erros práticos e abusos com consequências que podem ser mais ou menos funestas. É ainda atravessada por insucessos, erros, decepções, desilusões e até traições. Um que nós ajudámos até a sair da fossa, pode mesmo deixar de nos falar porque não conseguiu o sucesso que tinha almejado. Um tal outro que ajudámos a promover que nos esquece e nos ignora, pensando que só o seu valor pesou para o efeito ou ainda é capaz de nos odiar ou difamar.

Actualmente, a gratidão e a sinceridade que devemos aos outros, são valores cada vez mais esquecidos e ignorados. No entanto, entendemos que o sentido de gratidão não significa, de modo algum sujeição ou ficar prisioneiro de outrem, mas antes civismo, delicadeza de sentimentos e capacidade de reconhecimento do que recebemos e do que damos, ainda que de maneira diferenciada. Não se trata apenas do “dom e do contra dom” (Mauss, 1950), mas antes de uma atitude nobre que, não sendo exigida por quem dá, envolve a vida social e enaltece quem a pratica. De contrário, podem correr-se vários riscos que podem afectar as relações e a confiança sociais.

Pense-se, por exemplo, numa família onde nada faz prever qualquer ruptura. Todavia, a um dado momento, um dos cônjuges impõe o divórcio ou a separação ao outro, que é assim apanhado de surpresa. Constata-se, deste modo, que este pode entrar em período de grande sofrimento, podendo até correr riscos para a sua saúde, sem que o que propõe ou impõe esta decisão se preocupe com a situação daquele(a) que se encontrava desprevenido a este propósito. Como se foram instalando e triunfando os interesses próprios ainda que acompanhados de “desamor” (Torres, 1996), procuram-se novas oportunidades para encontrar novos amores apaixonados, quer daí advenham consequências para aqueles com quem se partilhou um determinado tempo e espaço de vida, quer não. Daí que a confiança inabalável, mesmo no interior da família, de resto desde tempos de antanho, esteja cada vez mais envolvida pelas incertezas e pelos riscos devido aos imponderáveis da vida sentimental, como o acentua N. Luhmann (1990). A este respeito, a realidade também nos vai ensinando que o capital de experiência é muito significativo.

2. A confiança enquanto fenómeno social

Todo o esforço reflexivo sobre a confiança e a sua complexidade nas sociedades ultramodernas acaba por nos levar a uma reapreciação desta própria situação. Na esteira de George Simmel (1996), podemos dizer que o homem primitivo, vivendo num círculo restrito, satisfazendo as suas necessidades graças à sua produção pessoal e familiar ou cooperando com os seus semelhantes, limitando o seu interesse intelectual à sua própria experiência ou à sua tradição, escolhe e controla os meios da sua existência de modo mais fácil do que os pertencentes a uma civilização mais

desenvolvida. Os inúmeros erros e superstições que comportam a vida do homem primitivo podiam prejudicá-lo, mas muito menos do que fariam em outras épocas os mais desenvolvidos. A prática da sua vida era essencialmente orientada para um pequeno número de factos e de relações, cujo ângulo de visão lhes permitia ter uma visão justa da sua realidade.

Em contrapartida, nas culturas e sociedades mais desenvolvidas, a vida assenta em muitas condições preliminares que o indivíduo não pode de modo algum perscrutar nos seus fundamentos, mas que terá que aceitar com confiança. A nossa existência moderna – desde a economia que tende a ser cada vez mais uma economia de crédito, até às actividades científicas, em que a maioria dos investigadores terá que aplicar uma enorme quantidade de resultados obtidos por outros absolutamente inverificáveis – requer, muito mais que habitualmente se reconhece, a crença na honestidade dos outros. As nossas decisões mais importantes fundamentam-se num vasto complexo de representações que supõem a esperança de não vir a ser enganado.

É até devido a estas atitudes que na vida moderna a mentira acarreta muito mais prejuízos, porque exactamente mina os fundamentos da nossa existência social, o que tinha muito menos amplitude num passado anterior a uma vida social mais ampla e mais complexa⁵, porque exactamente tecida de muitos enredos nem sempre fáceis de compreender. George Simmel considera que a vida moderna é uma “economia de crédito” muito para lá do estritamente económico. Deste modo, quando as pessoas que nos são próximas nos mentem a vida torna-se insuportável. Refira-se, porém, que em certas circunstâncias a mentira advém uma banalidade, pois mostra que as partes da mentira e de verdade são compatíveis com a manutenção das relações e constituem uma escala, sobre a qual se pode ler o grau de intensidade das relações. Por outro lado, a mentira que consegue impor-se, isto é, a que não chega a ser descoberta, é sem dúvida um meio dos perniciosos ostentarem a sua superioridade intelectual sobre os subalternos, ainda que se trate de uma estratégia brutal, que até pode acabar por trazer consequências funestas. Em contrapartida, quando tal táctica vem a ser descoberta, dá azo ao agudizar da consciência acerca da imoralidade de tais atitudes (Simmel, 1996).

Haverá ainda lugar para dizer que na nossa relação com terceiros, quando são mais afastados, sobretudo dos nossos valores e das nossas relações mais imediatas, ainda somos capazes de aceitar a sua falta de sinceridade e de honestidade. Ao invés, se tal acontece quando as pessoas que nos são próximas nos mentem a nossa confiança risca de ficar profundamente abalada e dar azo a consequências funestas. A actualidade está repleta de situações desta natureza expressas, por exemplo, em vários tipos de corrupção que tantos embustes têm trazido para os humanos. A sabedoria popular através de vários aforismos alerta para estas situações ao proclamar: “Não te fies em quem uma vez te enganou”; “Quem sempre mente, vergonha não sente”; “Uma mentira descobre outra”. Em contrapartida, “Nada suplanta uma consciência tranquila”.

⁵ De qualquer modo desde tempos de antanho que a mentira é considerada pecado, tanto pelos Patriarcas do Antigo Testamento, como pelos deuses gregos e os povos insulares dos mares do Sul.

Normalmente a nível das relações, seja de que ordem for, as que se fundamentam na sinceridade e na honestidade são as mais adequadas e as que conseguem criar um capital de confiança inestimável, o que parece andar frequentemente arredado dos comportamentos de muita gente nos dias que correm, o que muito contribui para minar os vários ambientes onde as pessoas constroem os seus espaços de vida. Não obstante, as formas de organização mais ou menos estáveis, para que procuram tender as sociedades, também implicam sempre alguma perturbação, instabilidade, forças irregulares, individualismo e egoísmos, para que sejam permanentemente dinâmicas (Simmel, 1996).

3. A confiança nos meios de trabalho

Garantir a plausibilidade desta interpretação implica que nos detenhamos ainda sobre os espaços de vida evocados, designadamente no atinente aos ambientes de trabalho de que tanta gente se queixa. Numa época em que tanto se valoriza o emprego, até para lá da reforma, não apenas como meio de subsistência mas igualmente como espaço de auto-realização e de convivialidade social, se procura vir a usufruir de uma reforma que permita viver uma fase da vida pós-laboral com qualidade e dignidade, não deixa de ser significativo o crescimento das reformas antecipadas e, simultaneamente, o aumento das depressões. Decerto que associado a este fenómeno, existe também o falhanço do que podemos considerar por excelência as forças quotidianas de socialização: o entendimento, a compreensão, a honestidade, a harmonia, a acção comum entre as pessoas. Mas não. Tudo indica que nas lógicas carreiristas e concorrenciais como aquelas com que frequentemente nos deparamos, a solidariedade dos estatutos profissionais tende a ser a “concorrência entre iguais”, sem a mínima preocupação com os critérios que aí podem levar. O que importa é que EU triunfe sobre o outro, mesmo que não reúna todos os requisitos para o efeito. Em vez dos membros de uma categoria se unirem em torno de objectivos comuns que beneficiem o conjunto do grupo, cada um quer enaltecer-se por si, por vezes até, fazendo uma auto-avaliação sem limites e sem os devidos fundamentos.

Mas o que por vezes é mais extraordinário, é cada um considerar-se superior ao outro apenas porque quer promover-se custe o que custar, ainda que apenas baseado em auto-critérios de avaliação, frequentemente pouco conformes às regras que integram os regulamentos para este ou aquele lugar, ou nem sempre isentos de algumas ou mesmo muitas doses de megalomania, tão difundida na actualidade. Hoje, em que tanto se faz apelo à qualidade, esta não passa apenas pelos imperativos da concorrência, da produção económica ou de qualquer outro tipo de rentabilidade material ou mesmo intelectual, mas também pelas relações que se tecem entre pares, quiçá pelas negociatas, o que é lesivo a um clima de confiança recíproca entre colegas de trabalho. Pode, assim, correr-se o perigo de fazer emergir ressentimentos, má vontade, desconfianças acentuadas cujas razões até podem não ser racionais, mas que se querem fazer prevalecer a todo o custo.

Em Portugal, parece vivermos cada vez mais na instalação duma certa cultura da desconfiança, tendo sobretudo presente a falta de honestidade e lealdade que teimam em aumentar e intensificar-se em vários patamares da vida económica, profissional, social e relacional. Basta estar atento às notícias que circulam todos os dias nos media ou à realidade que nos circunda. Aponta-se como um dos principais factores da crise em que vivemos mergulhados a falta de confiança no conjunto dos sistemas sociais e culturais.

Este fenómeno tem atingido tais proporções que acontece frequentemente, desconfiar-se de toda a gente, inclusive daqueles que pela sua conduta de honestidade se mostram dignos de confiança. Ora, “Um bom julgador por si se julga” como diz o aforismo. Até parece que não se consegue fazer a distinção, como muitos actores sociais o têm vindo a demonstrar. Tais situações tendem a acontecer tanto mais quanto as pessoas se confrontam com a não realização das suas aspirações demasiado elevadas, até, talvez, devido a uma certa falta de realismo e a imagens altamente autovalorizadas, comparativamente com o que a realidade indica. Como diz Jean-Michel Berthelot (1996), como nos é difícil decifrar um fenómeno natural, nós somos um enigma para nós mesmos. O outro e sobretudo quando não se ajusta às expectativas que temos acerca dele ou até à realização de objectivos que dele esperávamos, seja em que circunstância for, tanto para o melhor como para o menos bom ou para o pior, aparece-nos como um mistério, ainda que sempre tenha tornado claros os seus critérios, aliás que até podem ser e estar superiormente definidos, as suas intenções e até as suas perplexidades.

Os trabalhos da psicologia social sobre as atribuições interessam-se pelas condutas próprias e pelas dos outros, o que nos permite compreender a verdade/erro e o mascarado/desmascarado. A intensidade do trabalho de atribuição de intenções, como nos diz H. H. Kelley (1967), cresce com a incerteza, o insucesso e a irrupção de acontecimentos inesperados. Por comparação, o actor tal como um investigador, normalmente põe-se três questões. Será o comportamento de X em circunstâncias idênticas, igual ou diferente do comportamento dos outros, isto é, é objecto de (des)consenso? Em circunstâncias diferentes o comportamento de X é semelhante ou difere do dos outros, ou seja, é objecto de distinção? O comportamento de X é igual a si mesmo ou varia em favor das circunstâncias? Neste último caso, trata-se do que é constante e não muda como um cata-vento ao sabor das situações ou das conveniências. Na prática, estas questões sugerem que ao nível do que é expectante acerca dos outros, podemos depararmo-nos com situações de consenso, do faz de conta e da constância. Neste último caso, o actor não muda como um cata-vento ao sabor das situações ou das conveniências, o que em muito contribui para solidificar a confiança entre os actores sociais.

Podemos, porém, fazer uma análise e interpretação diferente do que aqui parece convergir entre actores e observadores. Tomemos, por exemplo, o caso de um aluno que continua a não obter bons resultados ao fim da frequência do 2º ano de sociologia. Após ter avaliado as suas possibilidades internas e externas pode então colocar-se também três questões: não sou dotado para sociologia; estudei pouco; as aulas de

tal(is) ou tal(is) professores não são interessantes. Normalmente, se os seus próximos não são favoráveis a que faça esta formação, o aluno acabará rapidamente por desistir deste curso e opta por frequentar um outro. Em contrapartida, se esses próximos lhe fizerem sentir que não estudou, é provável que estude mais para poder fazer inverter a situação. Na terceira hipótese poderá procurar fazer outras opções desde que não se trate de disciplinas obrigatórias. De qualquer modo, como insiste André Petitat (1998), o engano de atribuições atitudes e comportamentos visa, tanto para o melhor como para o pior, destabilizar e desmotivar o actor ou inversamente.

4. Confiança e segredo

Interessa anotar que, a diferenciação social requer a confiança e mais particularmente nos sistemas abstractos dos especialistas. Nos nossos dias, esta confiança, apesar dos riscos que comporta, tornou-se mais necessária na medida em que ninguém pode aceder ao conjunto da informação relativa a uma actividade particular, apesar do acesso mais fácil a muitos conhecimentos que, até muito recentemente, nos eram vedados. O aumento da escolarização, a Internet e um maior impacto dos sistemas de informação facilitam esta tarefa. Mesmo assim, os aforismos sociais de que “O segredo é a alma do negócio” ou “Chora à boca fechada e não dê contas a quem não te dá nada”, continuam a ser de uma grande actualidade.

A este propósito, George Simmel (1996), o primeiro sociólogo a estudar a importância do segredo e da confiança na vida social, lembra que se a sociedade, é condicionada pelo facto de falar e de comunicar, também é modelada pela capacidade de se calar. Está-se, aqui, perante uma consequência expressiva desta dialéctica social, ou seja, uma tendência para revelar e, ao mesmo tempo, “(...) para esconder e mascarar, uma defesa quase agressiva contra terceiros, que se chama o segredo propriamente dito. Neste sentido, isto é, como acção de dissimular as realidades através de meios negativos ou positivos, é uma das maiores conquistas da humanidade; comparado ao estado de infância, em que toda a representação é rapidamente exprimida e toda a acção é clara aos olhos de todos, o segredo permite um extraordinário alargamento da vida, porque a publicidade total impede muitos conteúdos existenciais de se manifestarem. O segredo oferece, de algum modo, a possibilidade de um outro mundo ao lado de um mundo visível, e este é fortemente influenciado por aquele” (Simmel, 1996: 39-40).

É sabido que o segredo está omnipresente nas relações sociais e define-se como a limitação do conhecimento recíproco. Pode, então, diferenciar-se através de duas singularidades: o escondido e o mascarado. O escondido é da ordem do não-dito. Daí a importância do silêncio. O mascarado é do domínio da mentira (o engano, a calúnia, a hipocrisia, mas também o disfarce festivo), podendo considerar-se a mentira como uma forma social grosseira que substitui de maneira mais refinada e adaptada o segredo e a dissimulação. De algum modo, o segredo é uma espécie de mundo paralelo ao mundo aparente e real, favorecendo uma vida mais extensa. Daí que respeitar o segredo do outro exija agir com tacto, descrição e reserva, o que George Simmel mostrava ser

importante na vida da cidade. Estando o segredo mais associado à individualização, tudo se passa como se os acontecimentos públicos se dessem mais a ver, ao passo que no atinente ao indivíduo tudo se quer mais secreto.

Segundo André Petitat, “Esta classificação aplica-se a todos os tópicos do segredo, díadicos, triangulares ou ainda mais complexos. A partir do momento em que deixamos a diade, a conveniência e a confiança entre os que partilham o segredo emergem como realidades dinâmicas fundamentais. Todo o segredo implica uma tenção entre o interno e o externo, tensão que se traduz por fugas involuntárias, desconfianças, traições mascaradas ou revelações fracassadas” (Petit, 1998: 17). Situações desta natureza tem-se manifestado muito em Portugal no domínio público no atinente à justiça, à política, aos negócios e à ânsia dos media em serem os primeiros a revelar o desconhecido, talvez o que pode provocar espanto, desconfiança ou até escândalo no seio das populações e, por conseguinte, vai, decerto, aumentar as audiências e as vendas. Se em certas situações, também podem contribuir para o alertar da opinião pública e o apuramento da verdade noutras podem criar muitas especulações e alarmismos. Outro tanto se diga ao nível das relações pessoais.

Recorre-se, igualmente, ao segredo no domínio da saúde. Ademais a profissão médica obriga ao segredo profissional o que, à partida, favorece a confiança do paciente, para além da competência que espera deste técnico de saúde. Está aqui presente a base da interacção que se estabelece entre o médico ou outros profissionais de saúde e o paciente e sua família. Na relação terapêutica, as atitudes de revelar ou esconder não deixam de estar envoltas em vários riscos. As opiniões dividem-se a este respeito, mesmo entre os profissionais de saúde, os indivíduos e os familiares, sobretudo quando confrontados com casos de doença grave, mas que se querem ocultar ao doente ou este o quer fazer à sua família. Podemos, no entanto, interrogar-nos sob um ponto de vista terapêutico e mesmo ético se estes comportamentos são os mais benéficos para o doente e os seus familiares? Não será melhor que lhe seja revelada a sua situação para que assim o doente possa vir a agir em conformidade? A questão é muito complexa. Além de outros aspectos, o segredo, tendo por base a confiança depositada entre aqueles que o partilham, pode fazer correr o risco de abalar essa confiança, sobretudo quando deixa de o ser entre alguém daqueles que se tinham comprometido a não o revelar.

A este propósito, saliente-se que em certas situações o segredo é obrigatório ou recomendável. “A cortesia, o pudor, a modéstia, a discrição, os interditos de diversa ordem impõem restrições nas informações, colocando um freio à entropia, que ameaça as interacções não regulamentadas pelas montagens hereditárias. Ao lado destes ‘não-ditos rituais’, encontramos o grupo dos ‘não-ditos estratégicos’. Não dizer é mais fácil do que dissimular a realidade. Esta inércia é também menos arriscada do que a mentira, que deverá contar sempre com a plausibilidade e a suspeita. Esta forma passiva do segredo oferece também a vantagem de não entrar em conflito flagrante com as normas estabelecidas. A desculpa da omissão voluntária pode servir-lhe de cobertura” (Petit, 1998: 16).

Mais do que procurar induzir qualquer tomada de posição a este respeito, o que nos parece importante é, por um lado, que as noções de segredo, confiança, (in)certeza reenviam ao que pré-existe à relação e às possibilidades de manipulação de cada indivíduo comprometido numa relação e, pelo outro, que os riscos relativos, por exemplo, à saúde integram também o que se esconde e o que se revela. Frequentemente, tanto os indivíduos, como as respectivas famílias não têm em conta certas advertências. Pense-se, por exemplo, nos efeitos do tabaco sobre o cancro, da alimentação sobre a obesidade e as doenças que lhe podem estar associadas, do mau ambiente familiar sobre o stress e muitas doenças do foro cardiológico que pode acabar por trazer consequências funestas., da condução na estrada sobre os efeitos do álcool de que resultam muitos acidentes onde muitos perdem a vida, podem ficar estropeados ou sofrer outros efeitos nefastos, inclusive para a família. Porém, na prática continua-se a agir como se desconhecêssem tais factos.

Não menos preocupante são as consequências do alcoolismo no interior da família, quer a nível das doenças físicas, quer psíquicas e maus-tratos familiares. Mas quantas destas situações permanecem no segredo em nome de medos e da boa conduta social, embora as situações tenham vindo a mudar em termos sociais e jurídicos. Num âmbito mais alargado, também não podemos menosprezar o que se esconde a nível planetário no que se refere à destruição da camada de ozono, dos efeitos de estufa, do nuclear, da tecnologia, das matérias poluentes... A esta escala, basta pensar que o saber dos especialistas é bem diferente do dos profanos e suscita novas exigências democráticas, permitindo criar relações de maior confiança entre as partes envolvidas nestes fenómenos. Por sua vez, muitas pessoas com grandes responsabilidades colectivas, em nome do não alarmismo ou do secretismo político ou outro e, talvez, de menor preocupação com os riscos que daí podem advir (veja-se o caso da Junta Militar na Birmânia ou do presidente Kadhafi na Líbia), continuam a agir como se nada soubessem acerca dos efeitos que daí podem advir para a sobrevivência e saúde dos povos. Daí que a estratégia do segredo também possa ter muitos efeitos perversos. Também não é menos verdade que na vida do dia-a-dia se apreciam as pessoas que sabem guardar segredo, o que as vai tornando mais dignas da confiança daqueles que lho revelam. Ao contrário, quando o segredo procura encobrir ou mascarar algo que pode ter efeitos infaustos para alguém para quem se tem relações de proximidade e confiança pode, também, ser encarado como uma traição.

George Simmel (1999) considera que, apesar de todos os riscos, há necessidade de fazer confiança em alguém com quem se possa partilhar algo na vida, para que o mundo seja mais suportável e para que uma sociedade crie laços de maior coesão entre os indivíduos que a formam, sobretudo a partir das díades e das tríades, do próximo e do “estrangeiro”, do grupo de interesses e de outros círculos sociais, do indivíduo e da família e das diferentes gerações genealógicas.

Ora, a confiança também comporta riscos dado que supõe também a falta de conhecimento total sobre o outro, pois, como diz George Simmel, “Aquele que sabe tudo não tem necessidade de ‘fazer confiança’, o que não sabe nada, razoavelmente, nem sequer pode fazer confiança” (Simmel, 1996: 22). Até porque nesta abordagem,

confiança e risco estão associados. Mas a confiança absoluta e imprevidente, à partida, pode ser perigosa, dada a incerteza e a imprevisão dos comportamentos humanos. “Na desconfiança é que está a segurança”, diz o ditado.

No mesmo sentido, há lugar para perguntar se todos os segredos do indivíduo e da família, mais relacionados com o que pode afectar a saúde e dar azo à doença e respectivas práticas, não permanecem segredos para o médico, com todos os riscos que daqui possam advir? Por exemplo, se a pessoa anda a ser tratada por razões de stress agudo ou mesmo hipertensão decorrentes de situações relacionais com familiares, colegas de trabalho, patrão ou empregado, ou outras similares, com certeza que a orientação médica e respectivos tratamentos podem ser muito mais adequados se estas situações forem do conhecimento do médico. Mas não. Muitas vezes, por vergonha, dissimulação da imagem, pudor, discrição ou muitas outras razões, situações desta natureza ou análogas são objecto de grande segredo. E, particularmente, no que toca à família e à respectiva imagem. Aliás, o provérbio diz que “A roupa suja lava-se em casa”. Contudo, convém não esquecer que, numa situação terapêutica, o segredo oscila entre a permissão e a obrigação. Há aspectos que se podem esconder como, por exemplo o cansaço e o amor e há outros que são interditos, como brincar num funeral. Daí a importância de saber discernir quando é que é importante ou não revelar um segredo ou tomar esta ou aquela atitude.

Esta situação é muito frequente nas adolescentes quando necessitam de recorrer ao médico de família por razões da sua vida sexual activa ou não. Há muitas que, até, fogem das consultas no Centro de Saúde, tendo em conta dois aspectos. Um tem que ver com o facto do mesmo médico ser o médico de toda a família. Instaura-se, então, a dúvida e a desconfiança, receando que este possa transmitir um segredo aos pais. O segundo tem que ver com a existência da consulta de planeamento familiar de que podem usufruir em outros espaços de identificação mais discreta. Deste modo, poderão “estar seguras” de escaparem às malhas que se possam tecer entre os outros familiares e o respectivo médico ou os conhecidos que observam as suas deslocações nos espaços dos Centros de Saúde? A situação é complexa.

O facto de se dirigirem a este serviço específico, num espaço colectivo aonde é fácil controlar quem entra, quem vai onde e quem sai de onde, há sempre o risco e o receio de ser visto por este ou por aquele do seu meio e este pode não ser capaz de guardar segredo em relação aos pais. Até, pelo contrário, pode vir a conjurar situações que podem não existir. Em tais condições, preferem escolher um espaço mais neutro, como o Hospital ou outros serviços de acompanhamento e ajuda aos jovens onde possa existir entre várias valências um apoio em termos de saúde, como acontece frequentemente nos Centros da Juventude (Lemos, 2002).

Em boa verdade, saber guardar e respeitar o segredo do outro é uma qualidade. Poder e ser capaz de acreditar em alguém idóneo não é menos importante para que se estabeleça a reciprocidade da confiança. A contenção, a reserva e a discrição marcam o respeito pelo que toca o universo íntimo de uma pessoa, do seu território interno, do seu jardim secreto onde é proibido penetrar, mesmo quando, por vezes, o outro, sob o efeito de uma intensa emoção, do álcool, do desespero, se confia em excesso,

se desnuda numa maneira que convinha mais a um psiquiatra ou um a um confessor, esta espécie de “túmulos profissionais” (Petitat, 1998).

A transparência total também é constrangedora, na medida em que apela à reciprocidade, o que nem sempre se quer que aconteça, particularmente, quando não impera a confiança recíproca ou se quer guardar segredo absoluto deste ou daquele aspecto da vida, tendo em conta o provérbio: “Segredo de dois, segredo de todos”.

Frise-se que numerosos aforismos portugueses revelam a importância do privado e do íntimo contra a intrusão de terceiros: “Ninguém se meta no que não sabe”; “Quem boa festa faz em sua casa está em paz”; “Cada um varra diante da sua porta”. Inversamente, quanto à reserva absoluta do segredo: “Segredo muito encoberto é sempre descoberto”; “Segredo de dois, segredo de Deus, segredo de três, o Diabo o fez”. Estamos aqui perante um conjunto de expressões retiradas da sabedoria popular convidando a ser previdente e prudente para não vir a sofrer dissabores. Compreende-se, então, que quando os actores sociais não querem, deliberadamente, fornecer todas as informações que possam ser úteis, inclusive numa relação terapêutica, se veja aparecer “(...) esta tendência para esconder e mascarar, esta defesa quase agressiva contra terceiros (...)” (Simmel, 1996: 39). Tal pode mesmo acontecer quando as pessoas são incitadas a estabelecerem relações de profunda confiança, como aquela, por exemplo, a que está associada à revelação íntima que pode ter que ver com a desnudação do corpo e do espírito.

Por este conjunto de razões, podemos afirmar que a confiança, estando na base das relações humanas, é perpassada por um conjunto de dimensões, exigindo várias ponderações. Em termos de relação terapêutica, a experiência podendo fazer aumentar ou diminuir o capital de confiança e tendo em conta os aspectos aqui invocados, normalmente permite ir criando um sentimento de síntese que torna as situações, com todos os elementos que a compõem, mais carregadas de sentido e com mais probabilidades de diminuir alguns riscos para a saúde.

Referências Bibliográficas

- ALIGHIERI, Dante (1996), *La divine comédie*, Paris, D. de Selliers.
- ARENDT, Hannah (1983 [1961]), *Condition de l’homme moderne*, Paris, Calmann-Lévy.
- BERTHELOT, Jean-Michel (1996), *Les vertus de l’incertitude*, Paris, PUF.
- DUBET, François (1994), *La sociologie de l’expérience*, Paris, Seuil.
- GOFFMAN, Erving (1973), *La mise en scène de la vie quotidienne*, Paris, Minuit.
- KARPIK, Lucien (1989), “L’économie de la qualité », in *Revue Française de Sociologie*, Vol. XXX, pp. 141-157.
- KELLEY, H. Hady (1967), “Attribution theory in social psychology”, in D. Lenine (ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (vol. 12), Lincoln, University of Nebraska Press, pp. 106-122.
- LEANDRO, M^a Engrácia; RODRIGUES, V. e LEANDRO, Ana Sofia (2006), “Família. Um actor informal de saúde”, in M. S. Costa e M. E. Leandro (orgs.), *Participação, Saúde e Solidariedade. Riscos e desafios*, Braga, ICS, pp.183-198.

LEMOS, Armanda (2002), “Sexualidade e gravidez na adolescência – Um estudo de caso”, *Cadernos do Noroeste*, Vol. 17 (1-2), 213-232.

LUHMANN, Nicolas (1979), *Trust and power*, New York, John Wiley & Sons.

– (1990), *Amour comme passion. De la codification de l'intimité*, Paris, Aubier.

LYOTARD, François (1981), *La Condition post-moderne*, Paris, Les Ed. de Minuit.

MACHADO, Hélder (2003), *Ciência & Humanismo*, Coimbra, Almedina.

NIETZSCHE, Friedrich (1922-1929), *Musarion Ausgabe*, Nurnich, Schopenhauer.

PETITAT, André (1998), *Secret et formes sociales*, Paris, PUF (Coll. «Sociologie d'aujourd'hui»).

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1971), *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, Paris, Garnier-Flammarion.

SIMMEL, George (1999 [1908]), *Sociologie. Études sur les formes de la socialisation*, Paris, PUF (Coll. “Sociologies”).

THOMAS, Louis-Vincent (1989), “Auto-portrait ou faux semblant?”, in *Une Galaxie Anthropologique, Hommage à Louis-Vincent Thomas*, Montplier, Quel Corps?, pp. 7-13.

TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal. Ditos e interditos*, Oeiras, Celta.

WATIER, Patrick (1996), “Simmel et le secret”, in S. Muller, *George Simmel. Secret et sociétés secrètes*, Circé/Poche, pp. 113-120.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

The trust, a feeling that comes with life, with the membrane that separates the security and insecurity and individual and social life, is what ensures the commitment more or less risky in the game of exchanges between individuals and society. This article begins by proposing a socio-historical thinking of the classics of philosophy and sociology in this regard. The appeal to the thinking of G. Simmel, in particular, in correlation with his theory about the secret, highlights the impact of trust in terms of social cohesion. Finally, our analysis is structured around key events of today, studying the intricacies of trust in ultramodern societies where the mechanisms of trust seems to be rather fragile.

Keywords: Trust; Security; Secret; Social cohesion.

Résumé:

La confiance, ce sentiment qui fait qu'on se fie à soi même et aux autres, surgit avec la vie, avec la membrane qui sépare l'(in)sécurité et la vie individuelle et sociale. C'est elle qui soutient l'engagement plus au moins risqué dans le jeu des échanges inter-individuels et sociaux. Cet article propose d'abord un survol historique sur la pensée des classiques de la philosophie et de la sociologie à ce propos. En particulier, le rappel de la pensée de G. Simmel, en rapport avec le secret, met en relief son impact par rapport à la cohésion sociale. Enfin, notre analyse, se structurant principalement autour des événements marquants de l'actualité, étudie les enjeux dont la confiance est objet dans les sociétés ultramodernes où les mécanismes de la confiance s'avèrent de plus en plus fragilisés.

Mots-clés: Confiance; Cohésion sociale; Secret; Sécurité.